



Na manhã do dia 25 de Novembro tiveram início as conversações oficiais entre a delegação portuguesa e o governo moçambicano.

Estas conversações foram dirigidas pelos dois presidentes. De salientar que da delegação portuguesa para além do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Pereira, e do Conselheiro da Revolução, Vítor Alves, fazem parte cinco secretários de estado e ainda o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Acompanham também o General Ramalho Eanes um numeroso grupo de empresários portugueses.

Banquete de Estado

UM ACONTECIMENTO HISTÓRICO

● Presidente Samora Machel

O Presidente Samora Machel ao falar no banquete de Estado que ofereceu ao Presidente Ramalho Eanes e à sua comitiva considerou como «um acontecimento histórico» a visita que o estadista português efectua à República Popular de Moçambique. O banquete que decorreu no Palácio da Ponta Vermelha em Maputo teve lugar na passada quarta-feira, no segundo dia da visita de Estado que o General Eanes efectua a Moçambique.

Considerando que «pela dialéctica da História a guerra que os nossos países travaram uniu os nossos povos», o Presidente Samora Machel referiu que os povos português e moçambicano lutaram no passado contra o mesmo inimigo e que a Luta de Libertação em Moçambique «foi justa, porque sempre definimos correctamente o inimigo».

Ao falar sobre o presente das relações entre Portugal e Moçambique o Chefe de Estado de Moçambique afirmou que o General Ramalho Eanes «foi o motor, o agente dinâmico do processo de fortalecimento das relações entre os nossos países, que agora culmina com a sua visita». Sobre o papel desempenhado pelo actual Governo português no estabelecimento de relações de Estado com base no respeito pela soberania e não ingerência nos assuntos internos seria referido que ele «compreendeu o esforço e acompanha a acção do seu Presidente da República».

Perspectivando a continuidade e futuro das relações entre os dois Estados, o Marechal Samora Machel afirmou que elas devem ter «como alicerce fundamental a cooperação económica. É através dela que, nas suas relações, os Estados podem materializar os interesses recíprocos dos seus povos, tirando proveito mútuo dos recursos naturais e do trabalho posto em comum».

Fazendo notar que no passado recente das relações entre os dois Estados, «houve esperanças que não se concretizaram de imediato» o Presidente Samora fez referência ao processo da luta que o Povo moçambicano trava nesta década contra o subdesenvolvimento através da edificação do socialismo. Neste âmbito se podem enquadrar as futuras relações económicas.

«Conjugando os recursos que Portugal e Moçambique possuem, podemos criar as bases de uma cooperação sólida, estável, frutuosa e rentável para ambos os países», diria o Chefe de Estado moçambicano, que antes referira que «é entre parceiros com recursos e necessidades diferentes que se encontram equilíbrios e complementaridades indispensáveis para garantir a vantagem mútua e o interesse na cooperação».

No plano internacional foi novamente reafirmado que «a aplicação da Resolução 435 das Nações Unidas tem de ser

uma realidade. O Povo da Namíbia será livre e independente», diria Samora Machel depois de afirmar que «o apartheid» tem os seus dias contados.

Em relação ao problema do Povo maubere afirmou o apreço de Moçambique pela atitude «tomada recentemente por Portugal para a busca de uma solução política justa sobre a questão da República Democrática e Popular de Timor-Leste. A luta do Povo maubere, dirigido pela FRETILIN é uma luta heróica. Ela triunfará», diria o Presidente moçambicano. □

FUTURO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO

● Presidente Ramalho Eanes

O reencontro entre o Povo moçambicano e o Povo português é pleno, «porque assume as nossas identidades nacionais numa relação de liberdade e de respeito, onde se fundamenta a certeza de que o presente e o futuro nos oferecerá condições sólidas para a expressão inteira do nosso convívio, da nossa solidariedade e do vínculo natural que a nossa língua comum estabelece», foram estas as palavras com que o Presidente Ramalho Eanes, em retribuição ao discurso do seu homólogo moçambicano, preambulou a sua intervenção no banquete de Estado oferecido em sua honra.

Após enaltecer o valor desta sua visita, para o futuro da cooperação mutuamente vantajosa, que conta, já, com a vontade política, os inúmeros campos de acção comum e a complementaridade entre os dois sistemas económicos, o estadista português evocou os tempos difíceis que se vive actualmente, no quadro das relações internacionais.

Neste contexto, Ramalho Eanes recordou que as políticas do reforço de armamento, a violação da legalidade internacional, o recurso à violência contra Estados soberanos constituem uma séria ameaça à paz e liberdade dos povos. Condenou, ainda, todas as intervenções militares directas em áreas de conflito, porque corresponde a uma limitação da autodeterminação, da soberania e da liberdade dos Estados.

Na sua alocução, Ramalho Eanes, tendo como enfoque a África Austral, condenou as práticas de violência e as provocações e agressões armadas contra a República Popular de Angola, em virtude de constituírem empecilho inútil à plena estabilidade regional. A discriminação racial e o apartheid foram, igualmente, matéria de condenação por parte do Chefe de Estado português.

Ramalho Eanes reafirmou que o seu Governo vai continuar a procurar por todos os meios, uma solução política que devolva aos timorenses o seu direito pleno à escolha livre do seu próprio destino. □